

NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 11/02/2015 - Edição 1216

Centrais sindicais pedem retirada de MPs que alteram direitos trabalhistas



Em reunião com presidente do Senado, Renan Calheiros, representantes das centrais sindicais protestaram contra as Medidas Provisórias 664 e 665. Foto: Jane de Araújo/Agência Senado

As centrais sindicais vão cobrar do governo a retirada das MPs 664/2014 e 665/2014, que restringem o acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários, por entender que ferem direitos adquiridos. As medidas provisórias foram editadas pelo Executivo em dezembro do ano passado.

A MP 664/2014 cria novas regras para a concessão de pensão por morte, entre elas um prazo de carência de 24 meses de contribuição para a concessão do benefício. Antes essa carência não existia e o beneficiário tinha

o direito de receber a pensão a partir de uma única contribuição mensal do segurado. Já a MP 665/2014 muda com as regras do seguro-desemprego. Antes, o trabalhador tinha direito ao benefício após seis meses de trabalho. Com as novas regras, a primeira solicitação só pode ser feita após 18 meses.

O governo também alterou a concessão do abono salarial. Antes, quem trabalhava um mês durante o ano e recebia até dois salários mínimos tinha direito a um salário mínimo como abono. Agora, são exigidos seis meses de trabalho

ininterruptos, e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado. Com as alterações, o governo espera economizar cerca de R\$ 18 bilhões por ano a partir de 2015.

Nesta terça-feira (10), em encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, os representantes das centrais sindicais protestaram contra as medidas do Executivo. Após o Carnaval, as entidades pretendem encaminhar ao Senado um estudo para subsidiar as comissões mistas encarregadas de emitir parecer sobre as matérias. As duas

MPs receberam um total de 741 emendas, a maioria apresentada pela oposição. O Congresso tem até 2 de abril para votar as MPs. Se não forem votadas até lá, perderão a validade.

Para o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, as comissões mistas deverão corrigir os equívocos e injustiças contidas nas duas medidas. Já o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, garantiu que os representantes dos trabalhadores estão unidos contra as duas MPs. Ele observou, porém, que as entidades querem participar do debate, desde que não sejam retirados direitos garantidos aos trabalhadores. Por sua vez, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o Paulinho da Força, disse que as comissões mistas vão trabalhar para devolver as MPs ao governo.

- Se [a presidente] Dilma quiser mandar um projeto de lei,

podemos discutir. MP é impossível de ser aceita. Se insistir, ela terá uma nova derrota do governo. Vamos trabalhar para derrubar as medidas. Não estou aqui para negociar direitos - afirmou.

Na avaliação de Renan, a edição de MPs que afetam direitos instabiliza a relação jurídica. Em entrevista à imprensa, ele disse que o Congresso deve se colocar como a instituição saneadora que discute e encaminha soluções para essas questões.

- Defendo a manutenção de um fórum permanente de debate para que se possa fazer ajuste sem ferir o trabalhador, uma alternativa para que o trabalhador não seja sacrificado, o que significa retrocesso - afirmou.

CNI

Antes do encontro com sindicalistas, Renan recebeu os representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI),

Robson Andrade, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, José Carlos Lyra, que defenderam a simplificação da legislação trabalhista e o fim da guerra fiscal, entre outras demandas do setor produtivo.

Fonte: Agência Senado

Fala CNTV

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, participou da reunião e reforçou o posicionamento da classe trabalhadora brasileira contra as MPS. "Elas prejudicam os trabalhadores e reduzem direito, coisas contrárias ao que nós buscamos", afirmou Boaventura.

Fonte: CNTV

Presidente da CNTV pede apoio de Calheiros pelo emprego dos vigilantes de Alagoas

Ao final da audiência concedida às centrais sindicais, o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que

interceda junto ao Governo de Alagoas pelo emprego dos 360 vigilantes que prestam serviço nas escolas daquele estado. Rever contratos no início de cada governo é compreensível pelos

trabalhadores, mas sem gerar desemprego para trabalhadores e pais de família. A CNTV está com os colegas alagoanos.

Fonte: CNTV



Chico Vigilante participa do lançamento de medidas de combate à informalidade e sonegação do FGTS

Deputado distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Chico Vigilante participou, na manhã desta quarta-feira (11), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do lançamento do pacote de medidas que vai apertar a fiscalização contra a informalidade e a sonegação dos valores devidos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As medidas foram anunciadas pelo ministro Manoel Dias e devem elevar as receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do FGTS e da Previdência Social em R\$ 5,2 bilhões até o final deste ano.

Chico Vigilante pontuou que o lançamento dessa meta é um animador: “Como um dos representantes da classe trabalhadora, vou me engajar nessa campanha para ajudar a acabar com essa informalidade no Brasil. Como bem disse o Ministro Manoel Dias, são 14 milhões de trabalhadores e R\$ 90 bilhões sonegados anualmente, em todas as regiões do país. Todo esse dinheiro poderia ir para o Fundo de garantia e para a Previdência Social”

Do Ministério

De acordo com o MTE, 14 milhões de trabalhadores estão em situação irregular, e não têm acesso aos seus direitos básicos de trabalhador. “Mesmo que tenhamos hoje mais de 50 milhões de pessoas empregadas formalmente e isso é uma



Lançamento do pacote de medidas contra informalidade e sonegação do FGTS. Chico Vigilante, diretor da CNTV e deputado distrital, integrou a mesa. Fotos: Valcir Araújo

grande conquista dos últimos 12 anos, ainda temos 14 milhões de trabalhadores em situação irregular. Isso representa uma sonegação de R\$ 80 bilhões por ano à Previdência e ao FGTS, que nós temos que combater pelo bem do trabalhador, tanto na questão dos direitos quanto da saúde dos fundos”, explicou Manoel Dias.

Segundo o ministro, os Auditores Fiscais do Trabalho, em todo País, estão dando início à fase 2 do Plano Nacional de Combate a Informalidade dos Trabalhadores Empregados. Ao longo dos últimos seis meses, o MTE trabalhou na preparação desta ação, com a melhoria dos sistemas informatizados, a criação de novas ferramentas de fiscalização, a capacitação dos agentes e a organização de um plano de fiscalização por estado. “Cada estado tem pelo menos

uma equipe pronta e com metas a perseguir, a partir de hoje”, continuou.

As ações de fiscalização contra a informalidade acontecem “in loco” nas empresas e tiveram como ponto de partida o mapa da informalidade no País, desenhado a partir da Pnad 2013 e do Censo do IBGE. Uma campanha informativa já foi realizada nos 537 municípios onde as pesquisas apontaram maior informalidade. Pelo menos 554 mil empresas foram notificadas por mala direta. As regiões Nordeste e Sudeste, que tem os maiores índices de informalidade, devem ganhar atenção especial.

A expectativa é tirar da informalidade mais de 400 mil pessoas nessa fase dos trabalhos. Um grande número de trabalhadores também deve ser formalizado a partir



Segundo ministro do Trabalho, Manoel Dias, são R\$ 90 bilhões sonegados todo ano

da repercussão das ações de fiscalização. O cálculo é de que esse resultado gere um aumento de receita de R\$ 2,529 bilhões para o FGTS e Previdência Social, se levado em consideração o rendimento médio do trabalhador e os percentuais de desconto do fundo (8%) e da Previdência Social (27,5%). O valor sonegado por empregado, por ano, chega a R\$ 6,3 mil.

Valor da multa - Nas próximas

semanas, o ministro deve encaminhar à presidenta Dilma Rousseff um pedido para que o governo eleve o valor da multa para o empregador que deixa de registrar em carteira o trabalhador. “Essa multa está defasada há 20 anos”, reclama Manoel Dias. Segundo ele, o valor de R\$ 402,53 por trabalhador sem carteira assinada não assusta o sonegador, que muitas vezes prefere arriscar e manter os trabalhadores irregulares.

Fiscalização eletrônica - Os Auditores Fiscais do Trabalho também deflagram a partir desta semana a terceira etapa do Programa de Fiscalização Eletrônica, diretamente nas informações prestadas pelas empresas. A meta é recolher e notificar um valor superior a R\$ 2,6 bilhões e garantir que os volumes devidos aos trabalhadores também sejam depositados nas contas vinculadas.

O projeto de fiscalização eletrônica teve início ainda em 2013, com projetos pilotos

em quatro estados. Em 2014, 750 auditores fiscais foram capacitados e a estrutura de equipamentos de informática foi modernizada para permitir a execução da tarefa em todo o País. “Com essa ferramenta o auditor fiscaliza e emite as notificações sem sair do ministério. Elevamos significativamente o alcance das ações e ainda economizamos com deslocamento e diárias de viagem”, acrescentou Manoel Dias.

O MTE avalia que a sonegação média do FGTS pelas empresas é de 7% ao ano. Isso representa R\$ 7,3 bilhões se levado em consideração que a arrecadação do Fundo no ano passado foi de R\$ 104,5 bilhões. “Nós vamos em busca dessa diferença, e esperamos ultrapassar a meta de R\$ 2,6 bilhões, já que temos a recolher FGTS não apenas do ano passado”, complementou o ministro.

Fonte: Ministério do Trabalho com assessoria Chico Vigilante

Vigilantes de Campina Grande conquistam reajuste de 9%

Os vigilantes de Campina Grande (PB) fecharam na sexta-feira (6) a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2015. A categoria garantiu reajuste de 9% no salário já a partir de 1º de março e vale-alimentação de R\$9,50 por dia trabalhado. Além disso, também foi garantida a liberação dos diretores da executiva para participarem de assembleias, seminários e congressos. Outra vitória, segundo o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Campina Grande, Edimir Bernardo, foi transferir a data-base para janeiro. “Há vários anos o sindicato vinha lutando por isso e finalmente conseguimos”, comemorou Bernardo.



Trabalhadores garantiram reajustes nos salários e no vale-alimentação. A data-base também foi transferida para janeiro

Fonte: CNTV

Proposta do patrão é rejeitada e vigilantes de Porto Alegre paralisam atividades na sexta

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes do Sul participou, na última segunda-feira (9), de uma reunião com o sindicato patronal para negociar os reajustes salariais da categoria. Como não houve acordo, os vigilantes paralisarão as atividades na próxima sexta-feira (13).

De acordo com o presidente do Sindicato, Loreni dos Santos Dias, os patrões apresentaram como proposta um reajuste equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é de 6,23%. Dessa

forma, não haveria ganho real nos salários.

A categoria, porém, reivindica reajuste de 18% nos salários, R\$ 20 de vale-alimentação por dia trabalhado e plano de saúde. Para os auxiliares de segurança privada, o reajuste salarial reivindicado é de 20%, além do pagamento dos 30% correspondentes ao risco de vida.

O Sindicato cobra ainda o pagamento de 15% a mais nos salários dos vigilantes bancários, assim como já ocorre em outros municípios, devido aos riscos

associados à atividade que esse trabalhador desempenha.

“Não aceitamos a proposta dos patrões, uma vez que não se aproxima dos percentuais de aumento que a categoria reivindica. A paralisação de sexta-feira é uma forma de pressionar os patrões a apresentar nova proposta”, afirma Dias.

Os vigilantes de Porto Alegre estão convocados a participar das atividades de paralisação, organizada pelo Sindicato.

Fonte: CNTV

GT da Terceirização da CUT define calendário de atividades para os próximos meses

Reunidos na sede do Sindicato dos Bancários de São Paulo na quinta-feira (5), os integrantes do Grupo de Trabalho (GT) da Terceirização definiram a agenda para os próximos meses. O Projeto de Lei (PL) 4330/04, a participação da CUT no Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e a ampliação da participação dos Ramos no GT também foram debatidos. A Confederação Nacional dos Vigilantes foi representada pelo presidente, José Boaventura, e o secretário de Relações Intersindicais, Roberto Miguel.

Para o mês de março já está confirmada uma audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) para debater o tema. Também está

agendado o lançamento de um dossiê e parecer jurídico sobre a terceirização, além do lançamento da Agenda Legislativa da CUT - este último ainda a ser confirmado. Para abril estão previstas a realização de um seminário e lançamento do livro “Terceirização e Negociações Coletivas”. Com exceção das atividades de abril, que deve ocorrer em São Paulo, todas as outras serão realizadas em Brasília.

Além destas atividades, o tema da terceirização estará na pauta da Marcha da Classe Trabalhadora que ocorrerá em 26/02/15.

Durante a reunião, Boaventura apresentou as possibilidades da legislação sobre o fundo garantidor como forma de combater calotes, reforçando as

possibilidades deste instrumento para as outras categorias. No caso da Petrobras, desde o acordo sobre o fundo garantidor não foram mais registrados casos de calotes. A CNTV já ingressou junto ao STF com amicus curiae no processo ARE 713211 (repercussão geral - terceirização da atividade-fim).

Já existe na Bahia e no DF uma lei que garante aos terceirizados o recebimento de todas as suas verbas rescisórias, além de ações no âmbito do judiciário federal. Nestes casos, os patrões são obrigados a realizar depósitos em contas bloqueadas como forma de garantia. A intenção é que medidas neste mesmo sentido sejam adotadas em todo o país.

Fonte: CNTV

Bancos cortaram 5 mil postos de trabalho no Brasil em 2014

O sistema financeiro nacional fechou 5.004 postos de trabalho em 2014 e manteve o alto índice de rotatividade no emprego dos anos anteriores, como mecanismo para achatá-la a média salarial. O desemprego no setor seria ainda mais acentuado não fosse a atuação da Caixa Econômica Federal, a única grande instituição financeira a criar vagas (2.600). Os bancos agem assim na contramão da economia brasileira, que gerou 396.993 novos em 2014.

Os dados são da Pesquisa de Emprego Bancário (PEB) divulgada nesta segunda-feira 26 pela Contraf-CUT, que faz o estudo em parceria com o Dieese, com base nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os maiores cortes ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com 1.847, 984, 857 e 587 cortes, respectivamente. O estado com maior saldo positivo foi o Pará, com geração de 290 novas vagas.

“É injustificável essa eliminação de postos de trabalho num dos setores mais lucrativos da economia, ostentando os maiores índices de rentabilidade de todo o sistema financeiro

internacional”, afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT.

Rotatividade achata salários

De acordo com o levantamento Contraf-CUT/Dieese, além do corte de vagas, a rotatividade continuou alta no período. Os bancos brasileiros contrataram 32.952 funcionários e desligaram 37.956.

A pesquisa mostra também que o salário médio dos admitidos pelos bancos no ano passado foi de R\$ 3.374,99 contra o salário médio de R\$ 5.338,12 dos desligados. Assim, os trabalhadores que entraram nos bancos receberam valor médio 37% menor que a remuneração dos que saíram.

“Essa diferença prova que os bancos privados continuam praticando a rotatividade, um mecanismo cruel utilizado para reduzir a massa salarial da categoria e aumentar ainda mais os lucros”, destaca o presidente da Contraf-CUT. “Nos últimos 11 anos, os bancários conquistaram aumentos reais consecutivos, mas esses ganhos estão sendo corroídos pela rotatividade, freando o crescimento da renda da categoria.”

Desigualdade entre homens e mulheres

A pesquisa mostra também que as mulheres, ainda

que representem metade da categoria e sejam mais escolarizadas, continuam discriminadas pelos bancos na remuneração, ganhando menos do que os homens quando são contratadas. Essa desigualdade segue ao longo da carreira, pois a remuneração das mulheres é bem inferior à dos homens no momento em que são desligadas dos seus postos de trabalho.

Enquanto a média dos salários dos homens na admissão foi de R\$ 3.805,74 em 2014, a remuneração das mulheres ficou em R\$ 2.921,66, valor 23,2% inferior à remuneração de contratação dos homens.

Já a média dos salários dos homens no desligamento foi de R\$ 6.017,45 no período, enquanto a remuneração das mulheres foi de R\$ 4.452,87. Isso significa que o salário médio das mulheres no desligamento é 26% menor que a remuneração dos homens.

“Essa discriminação é absurda e totalmente inaceitável. As mulheres têm escolaridade maior, mas enfrentam barreiras para a ascensão profissional em razão do machismo que ainda impera nos bancos”, enfatiza Cordeiro.

Fonte: Contraf-CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Anibal Bispo

Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF